

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ASSESSORIA ADMINISTRATIVA

Referência: Representação nº 11/2020-GPML, de 09.09.2020 (e-DOC 3B097E26-e).

Sumário: O Procurador-Geral Marcos Felipe do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal-MPJTCDF informa que por meio do Ofício nº 331/2020-GAB da Deputada Lúcia Lucy (anexo), a Parlamentar noticiou possíveis irregularidades na execução das despesas realizadas no âmbito do Termo de Colaboração Emergencial nº 1/2020, celebrado em 4/4/2020, entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal-SEDES/DF e o Instituto Tocar. Consoante registrado no referido expediente, o ajuste em comento decorreu da Dispensa de Chamamento Público, deflagrada pela SEDES/DF, sob a égide da Lei nº 13.019/2014, destinada à seleção de organização da sociedade civil para a prestação do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, com a finalidade de promover apoio e proteção à população em situação de rua atingida pelas medidas para enfrentamento do coronavírus, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, tendo como meta o atendimento de 200 (duzentas) pessoas simultaneamente, teto estimado no valor de R\$ 2.752.0469,13 e vigência de 90 (noventa) dias, prorrogáveis. Ante todo o exposto e considerando que esta Corte de Contas é competente para apreciar a questão em comento, uma vez que a ela compete apurar denúncias sobre irregularidade e ilegalidade de atos praticados pela Administração Pública, consoante o disposto no art. 1º, § 3º e 76 da Lei Complementar nº 1/1994, bem como zelar pela correta aplicação da Lei e dos recursos públicos, o MPJTCDF requer ao Plenário que: **I**– conheça da presente Representação e determine seu processamento em autos específicos, uma vez que estão presentes os requisitos de admissibilidade estabelecidos no art. 230, § 2º, do RITCDF; **II**– conceda prazo à SEDES/DF e ao Instituto Tocar para que apresente esclarecimentos a respeito dos fatos narrados, com fundamento no art. 230, § 7º, do RI/TCDF; e, **III**– autorize a realização de procedimento de fiscalização por parte do Corpo Técnico do TCDF tendente a verificar os valores praticados no Termo de Colaboração Emergencial nº 1/2020 celebrado entre a SEDES/DF e o Instituto Tocar.

Anexos: Anexos nº 1 ao 4/2020-GPML.

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA

Encaminhe-se à Secretaria-Geral de Controle Externo para análise da Representação em epígrafe.

Brasília-DF, 09 de setembro de 2020.

ASSINATURA ELETRÔNICA

ANILCÉIA MACHADO

Presidente